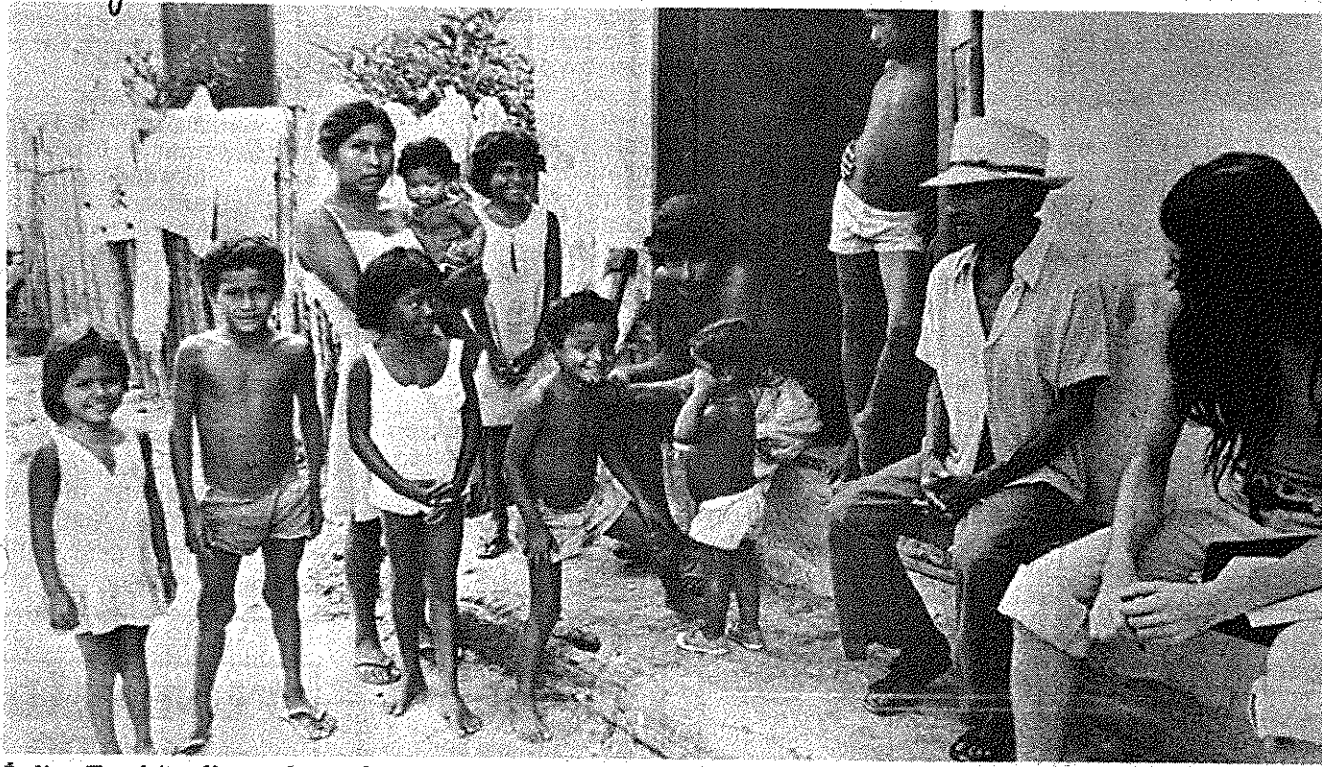


# Funai nega denúncia de tensão no alto Guamá



Índios Tembés: livres de qualquer ameaça...



...segundo a versão do Kabacznik e seu advogado

O delegado regional da área para ser entregue aos posseiros, pelo Incra".

Funai, Paulo César Silva de Abreu, e o chefe do Setor Administrativo daquele órgão, Oracílio Fazundes da Rocha, disseram ontem que, embora haja um desentendimento entre posseiros, grileiros, fazendeiros e índios na região do alto Rio Guamá, não há conflito na área. Inclusive Oracílio Rocha chefiou uma missão à área da reserva na última terça-feira e pôde comprovar esse estado de coisa.

Um observador acompanhou a missão, mas o delegado Regional da Funai Paulo César Silva, disse que devido a condição de seu trabalho seu nome pode ficar em sigilo.

Segundo o delegado regional da Funai, o que há na área é um desentendimento entre posseiros, grileiros, fazendeiros, tudo isso dentro da reserva indígena. A Funai aponta a presença de agitadores mas quanto a quem são os insufladores e quais os seus interesses, o chefe do setor Administrativo da Fundação disse que "foge a alçada da Funai tal assunto. O governo tem métodos próprios para resolver esse aspecto. O que há, objetivamente, é apenas expectativa ao que poderá ocorrer. Pela Funai, que está segura do que vai fazer, podemos dizer que um trabalho está sendo feito para resolver esse problema. A Funai espera que seja eleita uma

delegado regional da área para ser entregue aos posseiros, pelo Incra".

No que se refere ao fazendeiro Mejer Kabacznik, disse o delegado regional da Funai que "estamos movendo duas ações na Justiça Federal contra Mejer. A primeira para reintegração de posse da área conflitante de limite (entre a reserva e a fazenda). A segunda ação é de interdito proibitório da estrada feita por ele, ligando a rodovia à fazenda".

Quanto ao que será feito contra os invasores — aproximadamente 400 famílias, que perfazem cerca de 2.000 pessoas — disse o delegado da Funai que o Incra já possui verba para assentamento dos posseiros, só faltando a área. "Tão logo essa área esteja liberada, todos os posseiros serão reassentados.

Antes de finalizar suas declarações, o delegado da Funai disse que o que há na área é um problema social. Ou seja: cerca de 350 índios a aproximadamente 2.000 pessoas. "Não se pode expulsar o pessoal e deixá-lo entregue à própria sorte, nem deixá-lo na terra dos índios. Enquanto isso Mejer está indiciado na Justiça Federal de 1ª instância. O juiz José Anselmo Figueiredo Santana ocorrer. Pela Funai, que está segura do que vai fazer, podemos parecer sobre a questão, surgida no alto Rio Guamá, mais precisamente na fazenda "Irmãos Coragem", de Mejer Kabacznik.

## Kabacznik repele as acusações

Por outro lado, Mejer Kabacznik e Elka Kabacznik, contra quem a Funai está movendo ação judicial, estiveram em nossa redação para esclarecer, através de seu advogado, Waldemar Felgueiras Vianna. Em primeiro lugar, disse que a imprensa tem noticiado incidentes que estariam ocorrendo entre posseiros e índios Tembés e que Kabacznik estaria envolvido no problema.

"Na primeira reportagem, o jornal dizia que Kabacznik estaria aliado à Funai para perseguir os posseiros. Na segunda, publica que Kabacznik estaria contra a Funai e contra os posseiros", explicou o visitante. Por sua vez, o advogado declara que "na realidade, não há nenhuma nem outra. Ocorre o seguinte: a família Kabacznik obteve licença do Incra para ocupação de uma área de três mil hectares, para cada membro da família. No todo, seis licenças, o que corresponde a 18 mil hectares".

Nessa área, a família Kabacznik construiu uma fazenda de gado, cultivou o cacau e cítricos tendo, atualmente, oito mil cabeças de gado bovino, 30 alqueires de cacau e oito mil pés de laranjas. Isso fora as pastagens. Essa terra hoje se denomina "Fazenda Mejer". A família Mejer abriu uma estrada ligando a Vila Pau-de-Remo à Fazenda "Mejer". Para abrir essa estrada foi preciso convênio, de número 001/76 celebrado entre a Funai e Mejer Kabacznik.

Assinou pela Funai o general Ismarth de Araújo de Oliveira, então presidente da Funai, em 5 de 11 de 76. Entre as principais obrigações da família Mejer estão: construção de uma porteira e manutenção de vigilância na parte extrema da estrada, conservação da estrada; abertura de uma via secundária até o

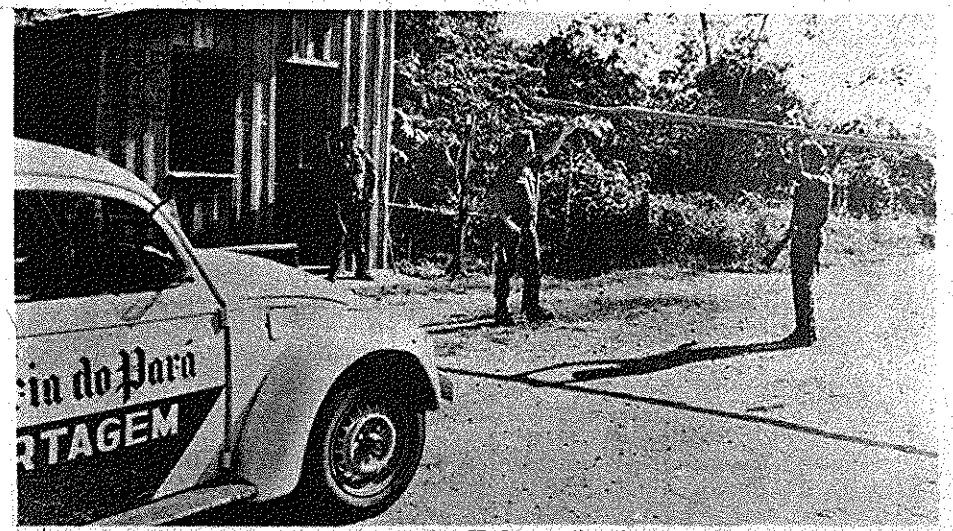
aldeamento indígena; colocar uma placa indicativa de que a área era uma reserva indígena. A reserva dos Tembés foi delimitada por decreto do então governador Magalhães Barata.

A família Mejer foi acusada de ter invadido a reserva indígena. Para provar que isso não estava ocorrendo, contratou os serviços técnicos do escritório José A. de Miranda Pontes, um dos mais conceituados do Pará.

Após um levantamento topográfico e planimétrico realizado pelo engenheiro, o seu parecer (do advogado) foi de que "o sr. Kabacznik não invadiu as terras da reserva indígena. A cerca divisória entre as suas terras e as da dita reserva está no alinhamento correto, afastado 200 metros para dentro das terras da fazenda Mejer. As duas posições geográficas dadas pela Funai, se respeitadas, fariam a dita Funai invadir terras de terceiros na sua extrema setentrional e perder grande área na sua parte meridional". O parecer está datado de 25 de julho do ano passado.

Assim, o fazendeiro Mejer Kabacznik repele quaisquer acusações de que seja incitador de violência entre posseiros e indígenas, esclarecendo, ainda, que na área de sua família não tem e jamais teve um pistoleiro sequer. Se a estrada está possibilitando a invasão de posseiros na reserva, não lhe cabe a culpa, já que não dispõe de poderes públicos e não tem como impedir tais invasões.

Segundo o advogado de Mejer Kabacznik, este é que tem sido incomodado por posseiros e imigrantes industrializados por pessoas estranhas à região. Diz, ainda, que o interesse dessas pessoas é instalar na área um foco de insatisfação.



Policimento: algo que independe dos Kabacznik, diz Mejer